





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Capitão Enéas

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG
observamg@xxxx.

Análise do Portal da Transparência do Município de Capitão Enéas

1. Sumário Executivo

A análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Claro dos Poções revela um nível moderadamente satisfatório de divulgação, com destaque para a disponibilidade de informações sobre receitas, execução de despesas, transferências, recursos humanos, diárias, licitações, contratos e obras. O portal disponibiliza dados essenciais que permitem ao cidadão acompanhar a execução financeira e administrativa do município, embora algumas áreas apresentem lacunas significativas que limitam a fiscalização detalhada e o acompanhamento das políticas públicas.

Em termos de acessibilidade, o portal oferece opções de alto contraste, redimensionamento de texto, mapa do site e exibição do caminho percorrido pelo usuário, mas não apresenta o símbolo de acessibilidade em destaque, o que representa oportunidade de melhoria.

2. Análise dos Dados

No grupo Receita, das três informações avaliadas, duas estão disponíveis, incluindo a divulgação da previsão e realização das receitas e a lista de inscritos em dívida ativa, mas não há a classificação por natureza da receita.

Em Despesa, todas as informações avaliadas foram disponibilizadas, incluindo detalhamento de execução e beneficiários, evidenciando boa transparência neste grupo.

No grupo de Convênios e Transferências, todas as informações relacionadas às transferências recebidas e realizadas estão disponíveis, assim como os acordos sem transferência financeira, o que representa uma cobertura completa das relações financeiras externas.

Recursos Humanos apresenta divulgação consistente, incluindo servidores, remuneração, estagiários e terceirizados, mas não há informações sobre editais de concursos, o que limita a transparência em processos seletivos.

Quanto às Diárias, há divulgação detalhada dos beneficiários, mas não da tabela de valores conforme legislação local.

O grupo de Licitações tem forte cobertura em documentos internos, editais e processos de dispensa e inexigibilidade, mas não apresenta atas de adesão, plano de contratações anual nem relação de licitantes sancionados, o que reduz a transparência completa do processo licitatório.

Em Contratos, apenas a relação resumida dos contratos está disponível; a íntegra, a lista de fiscais e a cronologia de pagamentos não foram divulgadas.

No grupo Obras, há informações sobre início, etapas e quantitativos executados, mas não há registro das obras paralisadas.

Já a Prestação de Contas apresenta lacunas significativas, com ausência de balanço geral, relatórios de gestão, julgamento pelo Tribunal de Contas e RGF/RREO, dificultando a análise da execução orçamentária e financeira completa.

O grupo Planejamento não divulga objetivos estratégicos nem legislação orçamentária vigente, limitando a visão sobre metas e indicadores municipais.

Por fim, Acessibilidade apresenta boa implementação de recursos, com exceção do símbolo destacado, o que ainda limita a percepção de inclusão digital.

3. Considerações Finais

O Portal da Transparência da Prefeitura de Claro dos Poções apresenta divulgação consistente em áreas como execução de despesas, transferências, recursos humanos, licitações e obras, garantindo um nível básico de acompanhamento da gestão pública. No entanto, a ausência de informações completas em receita detalhada, concursos, contratos, prestação de contas e planejamento estratégico impede a fiscalização plena.

A presença parcial de recursos de acessibilidade demonstra preocupação com a inclusão digital, mas a inexistência do símbolo de acessibilidade reforça a necessidade de aprimoramentos para garantir navegação e compreensão completas a todos os usuários.

4. Recomendações

Recomenda-se que a Prefeitura priorize a divulgação completa das classificações de receita, documentos integrais de contratos, fiscalização, cronologia de pagamentos, balanço geral e relatórios de gestão, garantindo informações detalhadas para acompanhamento das finanças e políticas públicas. A publicação de objetivos estratégicos e legislação orçamentária (PPA, LDO e LOA) é essencial para a transparência do planejamento municipal.

A manutenção e ampliação de recursos de acessibilidade, incluindo a inserção do símbolo destacado, permitirá que todos os cidadãos, independentemente de suas condições, tenham acesso pleno às informações públicas, fortalecendo a participação social e o controle cidadão sobre a gestão pública.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br